

Projetos

1) PL 83/2012	Ver. AURELIO NOMURA (PSDB)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE SEMÁFOROS ANTIAPAGÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. TONINHO PAIVA (PR) Parecer: FAVORAVEL Obs:			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

2) PL 164/2013	Ver. GEORGE HATO (PMDB)	Votação: ADIADO POR 3 SESSÕES			
ALTERA A LEI Nº 11.614, DE JULHO DE 1994, QUE CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DAS TAXAS DE CONSERVAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, DE LIMPEZA PÚBLICA E DE COMBATE A SINISTROS INCIDENTES SOBRE IMÓVEL INTEGRANTE DO PATRIMÔNIO DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E BENEFICIÁRIOS DE RENDA MENSAL V ITALÍCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. TONINHO PAIVA (PR) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA Obs:			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)			
		Ver. DALTON SILVANO (PV)			
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)			
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)			
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)			
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)			
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)			

3) PL 293/2013	Ver. CLAUDINHO DE SOUZA (PSDB)	Votação: APROVADO FAVORÁVEL			
DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE ESTACIONAMENTOS COM MANOBRISTAS POR DANOS CAUSADOS EM VEÍCULOS AUTOMOTORES, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. TONINHO PAIVA (PR) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA Obs:			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	X		
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	X		
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	X		
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	X		
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	X		
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	X		
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	X		

Diversos

MINUTA DE PROJETO DE LEI QUE VISA POSSIBILITAR A DESIGNAÇÃO DE VIAS NÃO OFICIAIS PELO LEGISLATIVO

Altera a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, para permitir a designação de logradouros por meio de Decreto-Legislativo, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a denominação e a alteração das vias e demais logradouros públicos, por meio de Lei ou Decreto, quando apresentarem leito oficial, e através de Decreto-Legislativo de Designação ou Portaria de Designação, nos demais casos.” (NR)

Art. 2º A Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007 passa a vigorar acrescido do art. 4º-A, com a seguinte redação:

“Art. 4º-A. Os logradouros serão identificados com denominações oficiais atribuídas por Lei ou por Decreto, no caso de apresentarem leito oficial, e por Portaria de Designação ou Decreto-Legislativo de Designação, nos demais casos.

§ 1º O ato de designação segue aos mesmos princípios que o ato de denominação.

§ 2º O logradouro com nome conhecido ou identificado por Decreto-Legislativo de Designação ou por Portaria de Designação, ao ter seu leito considerado oficial, deverá ser identificado por ato que mantenha o mesmo nome, desde que atendidas as normas estabelecidas pela presente Lei.” (NR)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende alterar a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, para especificar a competência do Legislativo Municipal para a denominação e alteração da denominação das vias e demais logradouros públicos, oficiais e não oficiais.

Atualmente, a designação dos bens públicos desprovidos de leito oficial é regida pelo Decreto nº 49.346, de 27 de março de 2008. A norma dispõe sobre a sua identificação através de Portaria de Designação, instrumento normativo expedido pelo Executivo.

Desta forma, o tratamento legal do tema carrega disparidade, ofensiva do Princípio da Separação dos Poderes, eis que o Legislativo, competente para a denominação dos bens públicos, somente ficou permitido de atribuir-lhes nome quando tenham recebido oficial cadastro dos logradouros (CAD-LOG).

Portanto, a propositura vem a adequar a legislação vigente sobre a denominação dos bens públicos à ordem constitucional vigente. Destarte, peço o apoio para a sua aprovação junto aos nobres integrantes deste Parlamento Municipal.